



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PROTOCOLO DE INTENÇÕES N. 01/2025

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA E O INSTITUTO AIBA - IAIBA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (SEI 00880/2025).

O **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, com sede na SAF Sul, Quadra 2, Lotes 5/6, em Brasília/DF, CNPJ 07.421.906/0001-29, doravante denominado CNJ, neste ato representado pelo seu Presidente, Ministro **Luís Roberto Barroso**, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na 5ª Avenida do CAB, 560 - Centro Administrativo da Bahia, em Salvador/BA, CNPJ 13.100.722/0001-60, doravante denominado TJBA, neste ato representado pela sua Presidente, Desembargadora **Cynthia Maria Pina Resende**, a **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede na 3ª Avenida, nº 310, Plataforma IV, CAB, em Salvador/BA, CNPJ 13.699.404/0001-67, doravante denominada SEAP/BA, neste ato representada pelo seu Secretário, **José Carlos Souto Filho**, e o **INSTITUTO AIBA**, doravante denominado IAIBA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 21.450.640/0001-73, com sede na Avenida Ahylon Macedo, nº 919, Bairro Morada Nobre, Barreiras - Bahia, neste ato representado por seu presidente, **Moises Almeida Schmidt**, brasileiro, maior, capaz, divorciado, agricultor, nascido em 12/12/1981, portador da cédula de identidade RG nº 09.739.526-95 - SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 981.746.735-04, domiciliado na Rua Juscelino Kubitschek, nº 3500, bairro Jardim Paraíso, CEP 47855-676, Luís Eduardo Magalhães - Bahia, conforme ata de assembleia geral datada de 02 de janeiro de 2025, registrada no Cartório de Títulos e Documentos Civil das Pessoas Jurídicas de Barreiras, no Livro A-8P e AV do registro 2.326 Protocolo 102.666 em 02 de janeiro de 2025,

CONSIDERANDO o quanto disposto na Constituição Federal, que assegura ao preso, como direito fundamental (art. 5º, XLIX), a sua integridade física e moral;

CONSIDERANDO os ditames da Lei nº 7210/84 (Lei de Execução Penal), que objetiva proporcionar condições para a integração social da pessoa condenada (art. 1º);

CONSIDERANDO que os artigos 39, V, e 41, II, da Lei de Execução Penal estabelecem o trabalho como um direito e, concomitantemente, como um dever do preso;

CONSIDERANDO o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347, do estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário brasileiro;

CONSIDERANDO que, segundo os dados mais recentes do Relatório de Informações Penais (RELIPEN), o percentual de custodiados que tem acesso a algum tipo de atividade laboral é inferior a 25% (vinte e cinco por cento);¹

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de multiplicar as ações voltadas à ressocialização, notadamente via capacitação profissional e oferta de vagas de trabalho;

CONSIDERANDO o apoio manifestado pelo Instituto AIBA, para a melhoria do sistema penitenciário do Estado da Bahia.

RESOLVEM celebrar o presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, nas seguintes condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente Protocolo de Intenções consiste na conjugação de esforços para, futuramente, construir uma oficina-escola no Conjunto Penal de Barreiras, voltada à reinserção social dos custodiados da unidade prisional, por meio de ações de capacitação e oferta de trabalho.

DAS ATRIBUIÇÕES COMUNS

CLÁUSULA TERCEIRA - Para consecução do objeto estabelecido neste Protocolo de Intenções, constituem contribuições de ambos os partícipes, na medida de suas possibilidades, o seguinte:

a) As partes se comprometem a conjugar esforços com o objetivo de contribuir para a melhoria do sistema prisional do Estado da Bahia, notadamente por meio de atividades

¹ <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semester-de-2024.pdf>

visando a ressocialização dos apenados, sem prejuízo de suas ações individuais e independentes;

b) Para a execução futura do objeto central deste Protocolo, os partícipes, dentro das suas esferas de atribuição, contribuirão para a efetivação da oficina-escola enquanto instrumento adequado para promover a capacitação profissional e a oferta de trabalho para os apenados do Conjunto Penal de barreiras;

c) A SEAP/BA e o IAIBA elaborarão, no prazo de até 90 (noventa) dias após a assinatura do presente Protocolo, projeto adequado, com a utilização do instrumento jurídico pertinente, para a futura transferência de recursos e construção da oficina-escola, sem prejuízo do acompanhamento das ações por parte do CNJ e do TJBA;

DOS RECURSOS

CLÁUSULA SEXTA - Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Protocolo de Intenções. As despesas eventualmente necessárias à consecução do objeto acordado serão custeadas com recursos orçamentários próprios de cada partícipe, já previstos em atividades naturais e regulares e que se relacionem estritamente com os objetos e propósitos especificados, sem prejuízo de, em instrumento jurídico adequado e futuro, o IAIBA e a SEAP/BA disporem sobre a transferência dos recursos necessários à construção da oficina-escola objeto deste Protocolo.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Protocolo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe. As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

DO PRAZO E VIGÊNCIA

CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo de vigência deste Protocolo de Intenções será de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA - Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes, mediante Termo Aditivo, a fim de aperfeiçoar a execução dos trabalhos, exceto no tocante ao seu objeto.

DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

CLÁUSULA NONA – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Protocolo de Intenções, será obrigatoriamente destacada a colaboração dos partícipes, observado o disposto no art. 37, §1º da Constituição Federal, vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que, de alguma forma, descaracterizem o

interesse público e se confundam com promoção de natureza pessoal de agentes públicos.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA – Para acompanhar as atividades decorrentes deste Protocolo, os partícipes designarão, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da publicação no Diário Oficial, os responsáveis pelo acompanhamento, avaliação, supervisão e fiscalização da execução.

DA PUBLICAÇÃO

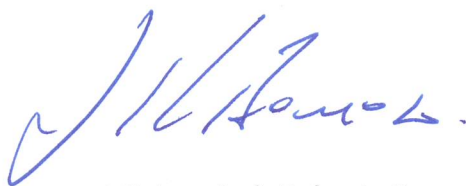
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, pelo CNJ, de acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União expresso no Acórdão n. 911/2019 — Plenário, no Diário da Justiça Eletrônico da Bahia, pelo TJBA, e no Diário Oficial do Estado da Bahia, pela SEAP/BA.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

E, por estarem assim ajustados, assinam os PARTÍCIPES o presente instrumento, para todos os fins de direito.

Barreiras-BA, 10 de fevereiro de 2025.




Ministro Luís Roberto Barroso

Presidente do Conselho Nacional de Justiça



Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia


José Carlos Souto Filho

Secretário da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia


Moises Almeida Schmidt

Presidente do Instituto AIBA - IAIBA